

começar a não dar mais a comunicação. Só que esse não é o papel deste presidente, nunca fiz, por isso que a gente tenta orientar os parlamentares que não utilizem da comunicação como um instrumento de discussão. A comunicação não tem esse objetivo. Mas já utilizei da solicitação de V. Exa., já pedindo aos deputados que utilizem a comunicação para comunicação e sim, deixemos o tema para debater conforme o Regimento nos determina. Mas muito boa a colocação de Vossa Excelência.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para uma comunicação. O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - É para uma comunicação de verdade, ou é uma comunicação de debate?

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, você ouviu todo mundo até agora, sem fazer essa interrogação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiro, diante da posição que o deputado Carlão colocou aqui, que é a extinção do Fundo Rural de Eletrização. Por que foi que me inscrevi? Porque o Carlão falou que queria levar ele para o Colégio de Líderes. Se quiser levar para o Colégio de Líderes, eu me inscrevi para pedir que todos os deputados ao votarem votem “não” para a rejeição desse item, para a gente poder debater ele no Colégio de Líderes. Inclusive, se você topar realmente fazer essa discussão de que a extinção desse fundo nós podemos carimbar para ir para a Educação ou para a Saúde, é um debate que é possível a gente fazer. Então, eu queria pedir a todos os deputados que ao votarem, votem pela rejeição da inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, eu vou um pouco além do pedido de Vossa Excelência, vou fazer aqui mais uma posição que vou tomar como presidente daqui para a frente, para não existirem surpresas.

A todos os requerimentos de inversão de pauta que forem protocolados na Mesa que não tiverem sido previamente discutidos no Colégio de Líderes este presidente dará o comando de rejeitado.

E, se, por acaso, algum parlamentar quiser inverter este comando, que inverte contrariamente a essa solicitação. Isso serve para o requerimento do deputado Carlão, serve para o requerimento de V. Exa. e para todos os outros requerimentos.

Porque eu acho que é justo que se algum parlamentar tem interesse em fazer uma inversão de pauta, comunique os deputados no Colégio de Líderes, independente da posição.

Comunicado no Colégio de Líderes, cem por cento de problema, aí o comando, sim, é de aprovado. Com isso, todos têm o direito de saber qual é a matéria que será votada, para não termos nenhum tipo de problema. Combinado?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Não, só para esclarecer que tradicionalmente, infelizmente, a liderança do Governo sempre teve essa prática na Casa; sempre trouxe, sem discussão prévia, os requerimentos de inversão de pauta.

Então, é bom a gente sempre...

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Por isso que eu estou dificultando a vida do líder do Governo neste momento.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Rememoramos aqui as nossas ações aqui, as ações da liderança do Governo, porque sempre foram assim. Eu até saúdo essa iniciativa de V. Exa., de que isso seja discutido - para nós, não tem problema nenhum - no Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Informado.

Não necessariamente precisa ter sido aprovado pela maioria.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas, dizer que isso é uma prática nova na Casa, aí é brincadeira. Quantas e quantas vezes a gente chegou aqui e fomos surpreendidos por requerimentos de inversão de pauta?

Não foi nem uma, nem duas, nem três; foram dezenas de vezes, não é, deputado Carlão? Vamos combinar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Deputada Beth, vamos deixar claro então.

Esta é uma nova prática que estou adotando, estou numa nova legislatura, fui eleito novamente, estamos num novo momento, com novos deputados.

Então, para não ter qualquer tipo de dúvida, eu não quero, em hipótese nenhuma, nunca ser acusado por qualquer parlamentar de discutir ou deliberar qualquer matéria que não tenha prévio conhecimento dos líderes.

Precisamos ter conhecimento das matérias antes de deliberar em plenário. É obrigação nossa. O deputado tem legitimidade para protocolar o requerimento? Tem. É legítimo. Porém, é legítimo do presidente dar o comando de rejeitado. Se não tiver outros líderes e se os líderes que estiverem no plenário concordarem ou divergirem do comando de rejeitado, o plenário pode reverter a posição do comando.

Então, eu acho que assim fica muito fácil, ninguém vai ser passado para trás, todos os parlamentares vão entender claramente o que está sendo discutido, e a gente vai melhorando aqui a nossa comunicação.

Com essa posição minha, o deputado Barba não precisa orientar o voto “ não”.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Deixa eu só responder.

Eu acho que é importante essa decisão que ele acaba de tomar e quero dizer que ela tem, com certeza, todo o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Perfeito. Deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, eu não vejo nenhuma dificuldade nesse sentido. Eu vejo a deputada Beth Sahão, que é uma deputada da minha região, que eu respeito muito: a mesma prática o PT usou, também protocolou a inversão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Será rejeitada também.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então, não adianta você falar de um se o outro não cometeu a mesma coisa, que é regimento. É regimental fazer isso, eu não vejo nenhum problema.

O presidente tem toda a autoridade e toda a autonomia de fazer o comando de aprovado ou de rejeitado. Isso aí é uma determinação do presidente. Ele está avisando agora que vai começar a fazer esse tipo de prática.

Para o governo não há nenhum tipo de problema com isso. O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Se V. Exa., deputado Carlão, tivesse apresentado a inversão do projeto do agrotóxico, o comando seria dado de aprovado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sim. Eu só estou dizendo que só não protocoliei o comando de agrotóxico, que como a gente está fazendo uma discussão técnica e apareceram hoje mais emendas no projeto, eu resolvi não colocar em discussão, para, depois, que a gente possa, depois de feita a redação final desse projeto, que a gente possa ter aqui duas horas, três horas, de discussão das pessoas que são favoráveis, das pessoas que são contra, o porquê de ser contra, o porquê de ser favorável.

Eu vi o deputado Gil Diniz fazer a colocação. Eu sou completamente favorável de a gente só poder fazer os encaminhamentos e as discussões dos projetos que estão sendo feitos. Acho que isso é importante.

Nós não temos porque aqui na Assembleia Legislativa, você pode fazer assim: no Pequeno Expediente e no Grande Expediente falar sobre o tema que você quiser.

Para discutir tema nacional tem o Pequeno Expediente e tem o Grande Expediente. Mas, na Ordem do Dia, a gente discutir exatamente os projetos que estão sendo discutidos pela Casa.

Isso é importante. Importante, para que a gente possa, juntos, construir um novo parlamento. Eu vejo que a gente não discutir, a Casa, Parlamento, o que é de falar, de falar, nós temos que discutir, nós temos que convocar, nós temos que falar. Não é obrigado ninguém a votar a favor, ninguém votar contra nenhum projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O que nós precisamos? É ter o direcionamento do que é que vai ser feito na próxima semana, e não se fazer nada. Eu fiz uma proposta, o senhor não estava aqui, presidente. Eu não sei se é possível isso, se é permitido pelo Regimento da Casa de se montar uma comissão de três ou quatro deputados. Nós temos 300 e tantos projetos na Ordem do Dia; pegar a Procuradoria da Casa, analisar cada um e separar por lotes de projetos, para a gente: os vetos, ou mantém o veto ou derruba o veto; os projetos, ou aprova ou reprova para que a gente limpe a pauta da Assembleia Legislativa.

Eu não sei se isso é permitido que a gente faça em blocos. Falei isso, porque eu acho que é importante. Hoje nós recebemos aqui na Casa, a partir do dia 15 de março, uma grande jurista, que é a deputada Janaina Paschoal. Ela pode muito bem nos auxiliar, e auxiliar muito. E eu vejo a vontade que ela tem de fazer isso pela Assembleia Legislativa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Perfeito. Vamos discutir essa proposta junto com os líderes, na terça-feira. Eu acho que seja uma boa proposta. Não vejo nenhum problema em fazer, e o Regimento permite. Criação de comissão é uma coisa natural. É claro que depois para trazer ao plenário, o entendimento para apreciação de 300 e poucas matérias é importante, senão a gente jamais vai conseguir apreciar nenhuma matéria sem o entendimento.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiro assim: parte da fala do deputado Gil eu concordo. Parte da fala, não na totalidade. Se não tiver cuidado aqui, daqui a pouco, deputado Gil, passei quatro anos nesta Casa, só a oposição discutia. Setenta e cinco deputados aliados do governo Geraldo Alckmin, eles ficavam assistindo o tempo todo. Falavam o PT, o PSOL, o PCdoB, ora o Campos Machado, ora o Barros Munhoz e votava só “sim, sim” e não tinha debate. Qual que é a preocupação dos deputados agora que são da base aliada do governo? Porque vocês estão com vontade de debater e nós também gostamos do debate. E eles estão ficando fora do debate. Eles precisam começar a se inscrever para debater. Eles não discutiam nem para defender o projeto que eles apresentavam. Era uma vergonha isso aqui. Era só a oposição falando.

Esgotavam as seis horas de debate e só votava “sim”, ia embora e acabou. Não presta conta para a sociedade; não fala para a sociedade o que fazia como governo. Então, muito cuidado porque senão, daqui a pouco, nós não podemos nem falar nesta Casa. Isso aqui é um lugar de um Parlamento, é lugar de você discutir vários temas, estadual, nacional, municipal. Interessa a este Parlamento discutir todos esses temas; qualquer tema que diga respeito ao Brasil interessa a qualquer Parlamento no Brasil, desde a Câmara Municipal até o Congresso Nacional. Cuidado para a gente não cometer esse erro de nós mesmos tolhermos o nosso direito de falar.

Segunda coisa, presidente Cauê Macris: aí é com você.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Pois não, deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - Vamos ver se eu entendi o que você está propondo. Você está propondo o seguinte: que inversão de pauta tem que ser comunicada no Colégio de Líderes, não precisa ser debatida, ok? É isso, hein?

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Eu quero, na verdade a proposta é uma pergunta. É que nós, para que nenhum deputado seja surpreendido com uma votação na Ordem do Dia de um projeto que não tenha conhecimento, porque qualquer um pode pinçar 300 itens e pedir a inversão. Este presidente vai adotar por prática, se aparecer esse requerimento na mesa, dar o comando de rejeitar, caso não seja avisado no Colégio de Líderes, em que qualquer parlamentar pode avisar que tem o interesse em inverter a Ordem do Dia naquela determinada pauta.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - Avisado no Colégio.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Porque se avisado, parto eu do princípio que todos os líderes avisados, todos os deputados estão avisados, porque o papel do líder é avisar os seus liderados das possíveis discussões. Acho que esse é o papel do líder.

Então, parto eu do princípio que se algum parlamentar tiver interesse em inverter um dos itens for ao Colégio de Líderes e disser: “Olha, vou avisar que eu tenho interesse em inverter tal item.”, todos os líderes já estão avisados que esse projeto pode vir à tauta. Ai, sim, o comando será de aprovado. Cabe a qualquer líder verificar. Se não tiver interesse, aí é papel regimental, mas se não for avisado, para não ter surpresas como essas que nós estamos tendo hoje, porque vi que o debate foi acalorado, por conta de uma surpresa, entendi a posição do deputado Carlão Pignatari, que não era trazer surpresas, mas sim iniciar uma discussão de um tema que ele quer trazer para frente, e não votar o tema, mas para não termos surpresas todos os deputados fiquem tranquilos que, caso apareçam surpresas, o comando será rejeitado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - Ok.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento do deputado Carlão Pignatari, de inversão da Ordem do Dia, que faz com que o item nº 11 passe a constar como item nº 1. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem contrários permaneçam como se encontram. Rejeitado.

Em votação o requerimento...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, para encaminhar em nome da liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar o requerimento do deputado Barba, que faz com que o item nº 314 passe a figurar como item nº 1. Também é um item que não foi debatido no Colégio de Líderes; portanto, o comando também será de “rejeitado”.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, vou falar um pouco sobre esse projeto que o deputado Barba pediu a inversão. Atentem-se para esse projeto, o projeto mais eleitoreiro que já vi em todos os meus oito anos aqui nesta Casa.

O ex-governador Márcio França enviou um projeto de lei no qual, durante a campanha eleitoral, ele fazia uma proposta para que, todas as vezes em que um trem do metrô ou da CPTM tivesse um defeito ou parasse, os usuários desse transporte de massa pudessem ser compensados financeiramente pelo prejuízo que o Estado causou.

Como é que você pode imaginar uma composição de metrô que carrega milhões de pessoas por dia, milhões de pessoas por dia, se porventura der um defeito? Como é que vai ser calculado, em cada um dos momentos, qual foi o prejuízo de qual usuário? Como é que vai ser o cadastro das pessoas que estão dentro desse veículo de massa?

Então, meus amigos, esse é o projeto que o PT fez a inversão para poder trazer para discussão, para tentar inverter, tentar falar. São projetos como os que eles fizeram nesses 13 anos que ficaram no governo federal, projetos para atrapalhar o desenvolvimento de todo o estado, de toda a nação. Como eles fizeram!

Quando vejo aqui as discussões dos parlamentares do PT... Eu respeito cada um deles, cada um dos parlamentares, que têm que defender a bandeira do grande herói nacional, e todos eles, por sinal, quase todos eles, colocaram no seu nome o “Lula”.

Acho que cada um defende o que acha correto, o que acha certo, mas não podemos mais deixar esse tipo de projeto vir à Assembleia Legislativa de São Paulo, tentando ludibriar, enganar a população, talvez para que ganhasse, àquela época, uma eleição. É um projeto que foi vetado. Foi vetado com pareceres do próprio governo que estava lá, que apareceram em janeiro deste ano, que eram contrários. É o maior absurdo.

A deputada Janaina fala bastante sobre isso. Gostaria que ela pegasse esse projeto e lesse esse projeto, esse veto que o PT está tentando inverter. Nunca vi isso: na época de eleição, enviar um projeto muito claramente para se fazer campanha eleitoral. É uma coisa... E no ano da eleição, como foram tantos outros projetos que vieram para esta Casa do mês de abril até outubro do ano passado.

E graças a Deus... Vejo o PT: “Vinte anos, vinte e quatro anos de PSDB!” Graças a Deus! O povo paulista escolheu o PSDB durante 24 anos. Não fui só eu. Não foi só a deputada Carla Morando, não foi só o deputado Cauê. Foi a maioria do povo de São Paulo que escolheu a continuidade de um governo que pode ter errado, que pode ter falhado, mas que eu não tenho dúvidas de que trouxe um avanço enorme para o estado de São Paulo.

Acho que essa é uma discussão que temos que fazer. Ou vamos contrariar a vontade das urnas? Ou vamos contrariar esses 24 anos em que o governo tucano, como gostam de dizer, foi vitorioso? Como nós fomos agora!

Eu acho que essa é a discussão, é isso que nós não podemos trazer. Eu vejo aqui um deputado que chegou há pouco tempo nesta Casa, o qual eu tenho um respeito enorme com ele, o deputado Paulo Fiorilo, dizer do grande compromisso do governo do Partido dos Trabalhadores com a sociedade brasileira. Nós não podemos mais deixar que isso aconteça.

Esse tipo de projeto tinha que ter morrido. Tinha que ter começado lá na Comissão de Constituição e Justiça. Como é que você vai calcular o prejuízo de uma composição parar, quantas pessoas têm dentro, como é que vão ser os cadastros, como é que vão ser as pessoas para a gente poder fazer o ressarcimento daquele possível pretérito?

É lógico que o metrô de São Paulo, que é um dos melhores metrôs do mundo, não quer que o trem pare, não quer que o trem dê defeito, não quer que caia energia, não quer que caia árvore. Ele não quer atrapalhar a vida da população, mas pode acontecer.

Não há como a gente conseguir fazer um cálculo para que possa fazer uma indenização para essas pessoas. Nós não podemos deixar que isso aconteça. Por isso que eu quero, como eu falei ao presidente Cauê Macris, que se forme uma comissão nesta Casa, que se analise juridicamente cada um dos vetos. O que tiver fundamento, nós podemos derrubar. O que não tiver fundamento, que a gente continue, acaba deixando o veto como está e tirando da pauta da Assembleia Legislativa.

Eu acho que nós temos que melhorar a capacidade desta Casa de fazer gerenciamento e quando chega em ano de eleição, deputado Gil Diniz, todo ano de eleição, aparecem milhares de projetos aumentando o salário de cada uma da classe trabalhadora. “Eu quero, o governo que não quer. Quero dar 30% de aumento, quero dar 10% de aumento, quero dar 20% de aumento”. Sem nenhuma responsabilidade, infelizmente.

Nós temos uma batalha enorme para ser feita que é para a gente poder aumentar o poder das Assembleias Legislativas em todos os casos. Nós só podemos legislar por alguns temas, que é o tema do Direito do Consumidor. É só isso que nós podemos fazer. Nós não podemos fazer aqui projetos que deem despesa para o Executivo. Nós não podemos mudar carreira de funcionalismo público. Nós não podemos mudar nenhum tipo de carreira porque não é papel do Legislativo, é papel do Executivo.

Então, eu fico muito feliz quando vejo a gente ficar aqui. Fica aqui fazendo uma discussão insana. Nós temos que fazer uma discussão melhor. Eu gostaria sim que o Estado pudesse indenizar cada uma das pessoas que porventura levassem algum prejuízo com algum órgão do Estado. Eu acho que é bom, eu acho que é importante que a gente faça isso, mas é muito mais importante que a gente possa fazer discussão séria para levar o Estado para frente.

Como é que nós vamos melhorar a Educação? Como é que nós vamos melhorar a Saúde? Como é que nós vamos melhorar a Segurança Pública? Como é que nós vamos melhorar a Assistência Social? É isso que nós temos que dizer. Então, eu quero crer que nós temos muitos projetos para serem discutidos aqui na Assembleia Legislativa e como eu disse no começo da sessão, como eu disse no meio, o governo não tem nenhum interesse no projeto da bebida, nenhum interesse.

Se votar sim, muito bem. Se votar não, muito bem. Não há nenhum interesse do governo de São Paulo. Primeiro, que nós não tratamos isso com o governo. Então, eu, como líder do Governo, não tenho nenhuma preocupação. Quando você vê as aberrações que foram feitas nos últimos meses, você vê quando a pessoa tem responsabilidade com o estado ou quando não tem. Você tem que ter mecanismos.

Chegaram a vir projetos aqui que antes de entrar nas comissões foram retirados que não tinham nem pé nem cabeça. Nós vamos dar aumento para a Polícia Militar, vinha projeto. Depois, chegava o orçamento aqui e não tinha nada de aumento para a Polícia Militar e para a Secretaria de Segurança Pública. “Nós vamos fazer não sei o quê”. Isso é o orçamento que estava na Casa.

Nós temos que ter respeito, nós temos que ter compromisso com cada um dos cidadãos paulistas. Por isso que eu quero crer: eu tenho um projeto muito semelhante a esse da bebida. E o que eu gostaria? Que fosse discutido na Comissão de Esportes, que fosse discutido na Comissão de Finanças, que fosse discutido na CCJ. Se, porventura, a maioria aprovar, quer fazer audiência pública? Eu acho perfeito. Vamos fazer um estudo maior.

Eu ouvi um deputado dizendo sobre o projeto das bebidas, então nós temos que proibir a bebida em qualquer lugar - porque o cara pode ir a um bar, beber e cometer um ato falho, bater o carro e machucar algumas pessoas.

Então, não é possível esse tipo de discussão mais aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Sr. Presidente, com autorização da minha líder, peço a palavra para encaminhar a votação em nome da bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PSDB, tem a palavra o nobre deputado Marcos Zerbini.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Quero lamentar as falas do líder do Governo, deputado Carlão Pignatari, a quem eu respeito, mas lamento muito. Política a gente faz olhando para frente. Eu lamento muito que ele esteja olhando para o passado: um projeto tão nobre como este e falar de eleitoreiro. Se a gente for definir aquilo que é eleitoreiro, vamos lembrar a promessa do nosso governador de que o primeiro ato dele - e hoje isso foi lembrado por alguns deputados que defendem a Polícia Militar aqui do estado - seria o aumento e a valorização da Polícia Militar, mas isso não aconteceu.

Isso é eleitoreiro. Agora, falar que o Estado terá prejuízos porque o usuário, o trabalhador, aquele que sai às 6 horas da manhã, pega o trem, não consegue ir para o trabalho, tem o seu dia perdido, tem o seu dia descontado, aquele que ganha R\$1.200 por mês, e perde o dia de trabalho, esse sim está sendo prejudicado, esse sim tem prejuízo.

Falar que o Estado tem prejuízo em um projeto como esse, que está exigindo excelência da prestadora de serviço, das concessionárias, que conquistam muito, que devem prestar um serviço de excelência. Eu lamento a fala do deputado Carlão Pignatari.

Quero registrar aqui a nobreza do nosso ex-governador Márcio França, que teve a sensibilidade de mandar um projeto para esta Casa para que esta Casa, que representa a população e não o interesse de concessionárias - representa o interesse do povo paulista - e esperava que esta Casa desse essa resposta, valorizasse aqueles que saem da sua casa, que deixam os seus filhos na escola, pegam o trem e muitas vezes não conseguem, param no meio do caminho. Isso, constantemente, nós vemos nos noticiários. É essa a preocupação de um governador que fez. Eu lamento que pessoas que não fizeram, que não fazem, que têm discurso mas não fazem, que ficam preocupados com tantas outras coisas, não vai atingir justamente aquilo que é mais pesado que é o dinheiro das concessionárias.

Apenas isso.

Obrigado.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa, eu, do ponto de vista do Direito, acho que seria muito interessante propiciar que as pessoas que, de alguma forma, tivessem algum prejuízo, fossem indenizadas.

O grande problema - eu vou na linha do que o líder do Governo disse - é como determinar parâmetros para fazer isso, de que forma fazer isso, e levar em consideração a realidade do transporte público aqui no estado de São Paulo. As pessoas, de uma forma geral, reclamam muito da qualidade do transporte coletivo, dos problemas do metrô aqui na cidade de São Paulo, mas é importante que nós avaliemos o sistema de forma comparativa. Nenhum outro metrô do mundo transporta tanta gente em tão pequeno espaço de tempo como o metrô de São Paulo. É evidente que a quantidade de problemas que temos no metrô de São Paulo seja maior do que em qualquer outro país do mundo em função da quantidade de passageiros que ele transporta. É natural que com o subdimensionamento da rede se tenha problema agravado, um atrás do outro.

A gente não pode ser hipócrita. Em todos os países do mundo, o investimento em metrô sempre é feito pelo governo federal, com grande aporte de recurso do governo federal. Aqui, no estado de São Paulo, é o Estado que arca com o custo do transporte do metrô, é o Estado que vai buscar recurso para fazer investimento no metrô, é o Estado, sem ajuda do governo federal, que construiu a malha que o metrô tem aqui na cidade de São Paulo.

É importante que quando a gente levanta uma discussão, discussão de direito, se olhe para a realidade, se olhe para os fatos. É claro que a gente tem que melhorar o metrô, é claro que tem que ser feito um esforço para que, cada vez mais, o metrô possa transportar um número maior de pessoas e com qualidade. É claro que nós somos favoráveis a isso, mas olhar para a realidade é admitir que enquanto a gente não tiver o investimento pesado do governo federal para ajudar a fazer linha de metrô aqui em São Paulo, a fazer estação de metrô em São Paulo, a gente não vai conseguir alcançar aquilo que a gente gostaria, que é uma rede muito mais ampla, atendendo toda a população, não só de São Paulo, mas da Região Metropolitana, com qualidade, dando às pessoas o direito de poder ter um transporte de qualidade, com rapidez, com eficiência, enfim.

Fazer um discurso dizendo “vamos indenizar as pessoas quando o metrô atrasar, quando o trem da CPTM atrasar” é fazer um discurso hoje muito distante da realidade.

É claro que eu gostaria que isso pudesse acontecer, é claro que eu gostaria que isso, como em alguns países do primeiro mundo, acontecesse, mas isso está muito distante da realidade da cidade de São Paulo, do transporte da cidade de São Paulo.

Então, o que eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é de fazer um debate desse assunto. Eu acho que precisamos debater, precisamos construir alternativas, precisamos discutir soluções para esse problema. Não vou, deputado, fazer nenhum juízo de ser eleitoreiro, não ser eleitoreiro.

É claro que quando a gente administra, a gente quer trazer para a população benefícios, coisas boas. Agora, é fundamental que a gente se dê conta daquilo que é possível e daquilo que não é.

Hoje, na realidade que a cidade enfrenta, é impossível criar um mecanismo de descontos para quem, por algum motivo, perde o Metrô, perde o transporte. Se a gente fosse ampliar essa discussão, ela teria que valer também para o transporte coletivo de ônibus, teria que valer para todo o sistema de transporte coletivo. Infelizmente, eu faço realmente votos para que a gente possa chegar a esse nível de excelência para poder trabalhar dessa forma. Mas hoje é irreal se falar disso, se discutir isso...

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Deputado Zerbini, peço desculpas a V. Exa., mas estamos às 19 horas e não temos mais tempo de continuar a sessão. Gostaria de preservar o tempo de V. Exa. para uma próxima discussão, para V. Exa. dar continuidade ao tempo de encaminhamento.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Pois não, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, antes de dar por encerrados os trabalhos, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

\*\*\*

## 28 DE MARÇO DE 2019 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

<b>Presidência: CAUÉ MACRIS</b>
<b>RESUMO</b>
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Abre a sessão.</p> <p>2 - WELLINGTON MOURA Para comunicação, informa que apresentou emenda ao PL 1363/15.</p> <p>3 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS Dá conhecimento de emenda, do deputado Wellington Moura, ao PL 1363/15, que retorna ao exame das comissões, ficando adiada a sua apreciação. Encerra a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se à</p>
<b>ORDEM DO DIA</b>
<p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.</p>